



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES- FICS
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

FRANCISCO LUAN RAMIRES DA SILVA

E-mail: franciscoluan.adm@gmail.com

Cel: (97) 991874041 / (97) 984051404

**ANÁLISE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL
DE CATADORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA CIRCULAR NA
MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Alípio Rollo Neto

ASSUNÇÃO - PARAGUAY
2025

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas, embora os avanços tecnológicos tenham contribuído para o aumento da produtividade nos processos capazes de extrair valor econômico das matérias-primas, o consumo mundial tem crescido em ritmo acelerado (Cruz; Ferrer; Souza, 2024). Esse crescimento é impulsionado pelo modelo econômico linear, fundamentado na produção em larga escala e na obsolescência programada de bens duráveis e não duráveis (Santos *et al.*, 2025). Conseqüentemente, isso gera um volume cada vez maior de resíduos sólidos urbanos, sobrecarregando os sistemas de coleta e destinação final desses resíduos, além de contribuir para a escassez dos recursos naturais (Biondi; Imperiale, 2024).

Neste sentido, uma abordagem viável para enfrentar esse cenário é a implementação de um modelo de Economia Circular (EC), que conecte o crescimento econômico a um ciclo de desenvolvimento que priorize a conservação e o fortalecimento do capital natural, maximizando a eficiência na utilização dos recursos e minimizando riscos sistêmicos por meio de uma gestão inteligente de estoques limitados e fluxos renováveis. (Cruz; Ferrer; Souza, 2024). Contudo, há estudos (Friant *et al.*, 2021; Corvellec *et al.*, 2021) que criticam a divergência entre discursos e políticas que focam mais no crescimento econômico e na competitividade da economia circular, do que em enfatizar os complexos desafios socioambientais, como questões de equidade e justiça social, incluindo desigualdade de renda e acesso desigual a recursos e serviços (Cruz; Ferrer; Souza, 2024).

Por essa razão, é necessário discutir a justiça social como a busca por equidade na distribuição de recursos, oportunidades e direitos, promovendo a inclusão social e a eliminação de desigualdades (Santos *et al.*, 2025). Isso porque essa abordagem está entrelaçada à discussão sobre sustentabilidade, que consiste na capacidade de atender às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias demandas, envolvendo a integração de aspectos ambientais, sociais e econômicos na promoção de um desenvolvimento equilibrado e responsável (Brundtland, 1987).

Seguindo essa lógica, em países como o Brasil, onde as desigualdades sociais e econômicas são profundas, a EC precisa assumir um papel social relevante para possibilitar a inclusão de trabalhadores informais, como os catadores de materiais recicláveis, na cadeia produtiva formal (Balim, 2021). Assim, a EC não estará apenas contribuindo para a sustentabilidade ambiental, mas também para a inclusão social, ao promover a valorização dos catadores de resíduos que desempenham um papel fundamental na coleta, triagem, transporte e

venda de uma significativa parcela dos materiais recicláveis, muitas vezes, mesmo sem nenhum tipo de contrato, suporte ou permissão formal das autoridades locais (Lima; Rutkowski, 2022).

Por conta disso, as políticas públicas voltadas para a EC no Brasil, têm buscado regulamentar e fortalecer a inclusão desses trabalhadores (Freitas *et al.*, 2024), como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, e o Projeto de Lei (PL) nº 1874/2022, que visa instituir uma Política Nacional de EC, reforçando a importância de integrar aspectos sociais à gestão de resíduos e ampliar o alcance das ações em regiões menos desenvolvidas como a Amazônia brasileira. Entretanto, a gestão de resíduos sólidos no Brasil permanece como um desafio constante, sobretudo devido à insuficiência de infraestrutura adequada e à predominância da informalidade no setor (Santos *et al.*, 2025). Isso se agrava ainda mais pela ausência de inclusão efetiva dos catadores no sistema formal (Freitas; Araújo *et al.*, 2024), o que pode ocasionar a perpetuação das desigualdades sociais, principalmente em áreas remotas.

Ao analisar como essas políticas se materializam em um contexto de dificuldades geográficas e socioeconômicas, pretende-se identificar as melhores práticas e propor alternativas viáveis para promover a inclusão social dos trabalhadores informais na cadeia de reciclagem, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e social da região. Dentro deste contexto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a mesorregião do Alto Solimões, situada no estado do Amazonas, que apresenta um cenário marcado por profundas vulnerabilidades sociais, refletidas em baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e em elevados níveis de desigualdade, agravada pela limitada presença de instituições públicas, cuja atuação mostra-se insuficiente para responder de maneira efetiva aos problemas enfrentados pela população local (Cortés *et al.*, 2020). Estas características específicas tornam o desenvolvimento de uma EC e a inclusão social de catadores uma tarefa complexa e de relevância para a discussão acadêmica.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscará compreender as políticas públicas voltadas para a EC e a sua articulação com a inclusão social de catadores de materiais recicláveis no Brasil, com foco na mesorregião do Alto Solimões, que compreende municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins (Cortés *et al.*, 2020). Para assim, discutir a possibilidade de criar modelos de EC que respeitem as particularidades do Alto Solimões e que atendam às necessidades de seus habitantes e a maneira como a sustentabilidade é promovida nos municípios estudados, integrando comunidades e respeitando suas especificidades locais.

Diante desta problemática surge a seguinte questão central desta pesquisa: **Como ocorre o processo de institucionalização da inclusão social de catadores de materiais recicláveis nas políticas públicas de economia circular no Brasil, e de que forma esse processo se manifesta e se adapta às especificidades sociopolíticas e institucionais dos municípios da mesorregião do Alto Solimões?** Assim, o objetivo geral desta pesquisa é Compreender o processo de institucionalização da inclusão social de catadores de materiais recicláveis em políticas públicas de economia circular no Brasil, analisando como esse processo se manifesta e se adapta às especificidades dos municípios da mesorregião do Alto Solimões, à luz da Teoria Institucional. Quanto aos objetivos específicos, estes são:

a) Mapear as políticas públicas brasileiras relacionadas à economia circular e ao gerenciamento de resíduos sólidos, destacando aquelas que tratam da inclusão social de catadores;

b) Analisar, sob a perspectiva da Teoria Institucional, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Projeto de Lei nº 1874/2022 (Política Nacional de Economia Circular) favorecem ou limitam a institucionalização da inclusão social dos catadores;

c) Investigar como o processo de institucionalização da inclusão social de catadores se expressa nos planos e práticas de gestão de resíduos dos municípios da mesorregião do Alto Solimões;

d) Identificar os desafios e as oportunidades para fortalecer a institucionalização da inclusão social dos catadores na região, considerando aspectos sociais, ambientais, econômicos e institucionais;

e) Propor recomendações para aprimorar a implementação das políticas públicas de economia circular, de modo a integrar a inclusão social dos catadores no contexto do Alto Solimões.

Para este estudo, justifica-se a escolha do tema por três motivos. O primeiro deles é o empírico, pelo fato de que, apesar de sua biodiversidade e riqueza cultural, enfrenta desafios específicos de infraestrutura e desenvolvimento social, que possivelmente agravam a exclusão de trabalhadores informais do sistema formal de reciclagem. O segundo motivo é o pessoal, pelo fato de que o pesquisador reside em um dos municípios do Alto Solimões e, como cidadão e pesquisador envolvido na área de estudo, possui um conhecimento aprofundado das realidades locais, o que facilita a realização de uma análise mais próxima e detalhada das necessidades, particularidades e potencialidades da mesorregião. Logo, compreender essas dinâmicas

contribuirá para o avanço científico de debates que unam sustentabilidade ambiental e inclusão social em contextos semelhantes.

O terceiro motivo, científico, fundamenta-se pelo interesse de apresentar a abordagem da inclusão social na sustentabilidade como ponto importante no contexto da EC. Uma vez que, diversos estudos têm apresentado indicadores para mensurar a sustentabilidade e a circularidade de produtos relacionados à EC. Contudo, a atenção dedicada à inclusão social na EC ainda é restrita (Mies; Gold, 2021). Dessa maneira, esta pesquisa reforçará a importância da justiça ambiental e da sustentabilidade como pilares para o desenvolvimento inclusivo.

Desta forma, a presente pesquisa, ao focar na interface entre políticas públicas e inclusão social, oferecerá uma contribuição para a literatura sobre desenvolvimento regional e EC, ao analisar como a legislação e as políticas públicas podem ser aplicadas em áreas remotas. E como contribuição prática, a pesquisa apresentará subsídios para o aprimoramento das políticas nacionais e locais, fornecendo dados que podem ser utilizados para adaptar e fortalecer a implementação de práticas de EC em regiões carentes de infraestrutura, assim como para a reformulação de políticas públicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo discutirá os fundamentos teóricos que sustentam este projeto de pesquisa, abordando a interseção entre políticas públicas, economia circular e inclusão social. Para isso, inicialmente, são apresentadas as principais concepções sobre políticas públicas, suas definições e o papel do Estado na formulação e implementação dessas ações.

Em seguida, discutirá o conceito de Economia Circular, suas origens, princípios e desafios na transição de um modelo linear para um sistema sustentável e regenerativo. Na sequência será analisada a PNRS com ênfase em suas diretrizes e mecanismos para a inclusão social dos catadores de resíduos, uma categoria profissional fundamental para o funcionamento da EC no Brasil.

Por fim, o capítulo abordará a relação entre economia circular e inclusão social, destacando a importância da formalização das cooperativas e dos desafios enfrentados pelos trabalhadores informais na busca por melhores condições de trabalho e reconhecimento dentro da cadeia produtiva.

2.1 ECONOMIA CIRCULAR E A INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES

No contexto social, a EC promove a inclusão social ao criar empregos verdes e apoiar modelos de negócios inovadores que incorporam princípios circulares em suas propostas de valor (Rizos *et al.*, 2016; Manninen *et al.*, 2018). Por conta disso, a atuação dos catadores é central na EC abrangendo todas as fases da cadeia de reciclagem, incluindo a coleta, triagem, classificação, processamento e venda dos materiais recicláveis (Araújo *et al.*, 2025).

Nessa discussão, no cenário brasileiro, a promulgação da PNRS enfatiza o papel estratégico dos catadores e a importância de programas de coleta seletiva com sua ampla participação em nível municipal (Silva *et al.*, 2023). Com isso, almeja-se a inclusão e a emancipação econômica dos catadores de materiais recicláveis, ao mesmo tempo que se busca integrá-los formalmente aos programas municipais de coleta seletiva, fortalecendo as cooperativas e associações que atuam com a EC (Silveira, 2019).

Sem acesso a empregos formais e direitos básicos, muitas famílias recorrem à coleta e triagem de resíduos para gerar renda e sustento por meio da reciclagem (Silva; Sauka, 2023). A profissão de catador foi oficialmente reconhecida em 2002, mas muitos ainda permanecem na informalidade, sem apoio técnico e estrutural e, pertencem a comunidades vulneráveis, com acesso limitado a educação, moradia, saúde e serviços públicos de qualidade (Araújo *et al.*, 2025). Diante dessa realidade, ainda existe um preconceito em relação a eles, uma vez que muitos são marginalizadas e encarados como inferiores devido à natureza de sua ocupação (Silva *et al.*, 2023). Nesse sentido, programas de conscientização pública podem ajudar a valorizar o trabalho dos catadores, promovendo uma nova cultura de sustentabilidade e inclusão (Ribeiro, 2022).

E em meio ao protagonismo e as desigualdades, ao se organizarem em associações ou cooperativas, os catadores passam a consolidar uma identidade coletiva como grupo de resistência e pertencimento na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão, não apenas como algo feito para a subsistência (Medeiros; Macêdo, 2007; Ribeiro, 2022).

Entretanto, as cooperativas de catadores enfrentam desafios estruturais, como a falta de infraestrutura adequada, baixa remuneração e condições de trabalho inseguras (Araújo *et al.*, 2025). Em muitos casos, esses trabalhadores não dispõem de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, o que compromete a saúde e a segurança no ambiente de trabalho. Melhorar essas condições é essencial para que a inclusão social se concretize de forma efetiva (Silveira, 2019). Além disso, enfrentam ainda, em relação a catadores e indústrias de reciclagem, a competição com grandes empresas de coleta que podem reduzir a autonomia dos catadores e enfraquecer as cooperativas (Ribeiro, 2022).

Políticas que incentivem a reciclagem local e a parceria com cooperativas de catadores são fundamentais para fortalecer a EC (Silva *et al.*, 2023) assim como, o acesso a recursos financeiros, do governo ou de ONGs, contribuem para melhores condições de trabalho ao adquirir equipamentos que facilitam a triagem de materiais e, em alguns casos, oferecer programas de alfabetização e formação profissional para os catadores (Silveira, 2019).

Os catadores são agentes fundamentais na luta contra a degradação ambiental, e sua atuação possibilita a construção de uma economia mais resiliente ao dar nova vida a materiais descartados, que, de outra forma, contribuiriam para a poluição ambiental e o desperdício de recursos (Ribeiro, 2022). Além do mais, a inclusão social dos catadores é uma questão de cidadania e dignidade (Silveira, 2019).

Um importante estudo, que aborda alguns casos de sucesso de cooperativismo, é a coletânea organizada por Santos (2002), intitulada “Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista”, em que retrata um processo de mobilização política quanto a situação de grupos sociais menos favorecidos, como os catadores de materiais recicláveis, que resistem à exclusão social produzida pela globalização neoliberal. Nesse livro, Boaventura apresenta alguns casos de sucesso que exemplificam caminhos de produção não capitalista, como o Complexo Cooperativo de Mondragon, na Espanha, e as cooperativas do estado de Kerala, na Índia, destacando princípios como o cooperativismo, redes de colaboração e apoio mútuo (como sindicatos, ONGs, fundações, cooperativas e movimentos sociais), e a importância da democracia participativa e econômica para promover mudanças estruturais.

De acordo com a obra de Santos (2002), o êxito de Mondragon está relacionado à inserção de suas cooperativas em redes de apoio. O grupo possui um banco cooperativo, a Caixa Laboral Popular, que concede empréstimos, coordena, supervisiona e assessora as cooperativas. Além disso, uma universidade tecnológica, a Escola Politécnica Profissional, se encarrega de educar futuros trabalhadores e administradores. As cooperativas de Mondragon estão intimamente ligadas e funcionam em uma lógica de integração vertical, onde empresas complementares formam uma cadeia de fornecedores e compradores mútuos. Mecanismos de ajuda mútua, como a redistribuição de lucros e a rotação de pessoal, fortalecem essa rede. Já o sucesso de Kerala se deve a mecanismos de cooperação econômica análogos aos de Mondragon, combinando descentralização, colaboração em rede e a participação democrática. O caso de Kerala ilustra a importância da origem em movimentos sociais, já que suas cooperativas surgiram como resultado de um movimento democrático de camponeses.

Portanto, a economia circular não só representa uma mudança paradigmática no uso de recursos, mas também uma abordagem integrada para alcançar a sustentabilidade ambiental,

econômica e social (Tiozzi; Simon, 2021). Com base nas experiências apontadas por Santos (2002), percebe-se que a integração de políticas públicas com o ativismo social pode fortalecer a democracia participativa na esfera política para o desenvolvimento de ações voltadas à inclusão social de catadores, servindo como exemplo para o contexto brasileiro, mais especificamente na mesorregião do Alto Solimões, no Amazonas.

2.2 TEORIA INSTITUCIONAL E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA CIRCULAR

A Teoria Institucional, aplicada ao campo da economia circular, oferece uma lente para compreender as pressões que moldam a adoção de práticas circulares dentro das organizações. Segundo Bispo (2023), as instituições são influenciadas por pressões normativas, coercitivas e miméticas, que determinam padrões de comportamento e práticas organizacionais voltadas para a sustentabilidade. Essas pressões podem vir de diferentes agentes, como órgãos reguladores, sociedade civil e o próprio mercado, que direcionam as empresas para práticas mais responsáveis e alinhadas à preservação ambiental. No contexto da economia circular, as pressões normativas destacam-se pela influência das regulamentações ambientais e certificações que promovem a reutilização de materiais e a redução do desperdício, o que torna a transição para a circularidade não apenas desejável, mas, em muitos casos, inevitável.

No setor empresarial, a adoção de práticas circulares também é amplamente impulsionada por pressões miméticas, como explora Bispo (2023). Essas pressões ocorrem quando uma organização adota práticas circulares ao observar outras empresas bem-sucedidas em sua implementação, o que gera um ciclo de imitação dentro do setor.

De acordo com Widmer e Prior (2019), as pressões miméticas são um mecanismo de resposta à incerteza no ambiente organizacional, levando as empresas a imitarem práticas que já demonstraram eficácia em outras organizações. Na prática, isso significa que, quando uma empresa adota estratégias de reciclagem ou reutilização de materiais com sucesso, outras tendem a seguir o exemplo, impulsionando a disseminação de práticas circulares em uma escala mais ampla.

As pressões coercitivas, prosseguem os mesmos autores, outro pilar da Teoria Institucional, também desempenham um papel significativo na implementação da economia circular. Essas pressões advêm de regulamentos, leis e políticas públicas que obrigam as organizações a se adaptar a novos padrões de sustentabilidade. No Brasil, por exemplo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) impõe normas que incentivam a correta gestão dos resíduos e a inclusão de práticas circulares nas cadeias produtivas.

Bispo (2023) destaca que, em resposta a essas exigências, muitas empresas precisam ajustar seus modelos de negócios, incorporando processos de reciclagem e de economia de recursos para atender às regulamentações e evitar penalidades, o que reforça o papel das pressões coercitivas como uma força transformadora no contexto organizacional.

A aplicação da Teoria Institucional para compreender a economia circular ajuda a revelar a complexidade envolvida na transformação dos modelos de negócio. Bispo (2023) observa que, para que a economia circular se torne viável e efetiva, é essencial que as práticas de circularidade estejam enraizadas na cultura organizacional, o que muitas vezes requer uma mudança profunda nos valores e na estrutura das empresas. Isso significa que as organizações precisam internalizar as práticas circulares como parte de sua missão e estratégia, de modo que não sejam vistas apenas como uma resposta temporária a pressões externas, mas sim como um compromisso contínuo com a sustentabilidade.

Outro aspecto relevante da Teoria Institucional aplicado à economia circular é a interação entre as pressões institucionais e os incentivos de mercado. Bispo (2023) argumenta que, além das imposições regulamentares, muitas empresas veem uma oportunidade de mercado ao adotar práticas circulares, pois consumidores e investidores estão cada vez mais atentos ao impacto ambiental das organizações. Nesse sentido, as pressões normativas e miméticas tornam-se facilitadoras para que as empresas aproveitem essa demanda crescente por produtos sustentáveis, o que beneficia tanto a sociedade quanto as empresas.

Ao compreender a economia circular sob a ótica da Teoria Institucional, prossegue a autora, é possível observar como as organizações se adaptam estrategicamente para ganhar competitividade em um mercado que valoriza a sustentabilidade.

A Teoria Institucional também permite explorar as barreiras enfrentadas pelas empresas na implementação de práticas circulares. Widmer e Prior (2019) identificam que, no contexto brasileiro, a falta de infraestrutura adequada e a carência de incentivos financeiros dificultam a transição para uma economia circular, especialmente para pequenas e médias empresas. Além disso, muitas organizações enfrentam desafios internos, como a resistência cultural e a falta de conhecimento técnico necessário para implementar mudanças significativas em seus processos produtivos. Essas barreiras indicam a importância de políticas públicas e apoio institucional para incentivar a circularidade, promovendo a criação de redes de colaboração e a disponibilização de recursos que auxiliem as empresas na adoção de práticas sustentáveis.

Outro ponto abordado por Vieira e Guarnieri (2023) é a importância das redes institucionais no avanço da economia circular. Segundo a autora, as empresas que fazem parte de redes setoriais ou de associações de sustentabilidade são mais propensas a implementar

práticas circulares, pois recebem suporte técnico e financeiro, além de trocarem experiências com outras organizações. Essas redes funcionam como canais de disseminação de conhecimento e de boas práticas, o que contribui para a formação de um ecossistema colaborativo em prol da economia circular. Dessa forma, as redes institucionais fortalecem a difusão das práticas de circularidade, criando um ambiente propício para a implementação de mudanças efetivas.

A Teoria Institucional, ao considerar as práticas circulares dentro do contexto organizacional, ajuda a entender como as empresas respondem a demandas de sustentabilidade de forma estratégica. Vieira e Guarnieri (2023) sugerem que, ao adotar práticas de economia circular, as empresas não apenas atendem a uma exigência regulatória ou social, mas também ganham um diferencial competitivo, posicionando-se como organizações inovadoras e conscientes. Essa vantagem competitiva é uma forma de legitimação organizacional, na qual as empresas buscam alinhar-se às expectativas sociais e de mercado, promovendo a circularidade como um valor central.

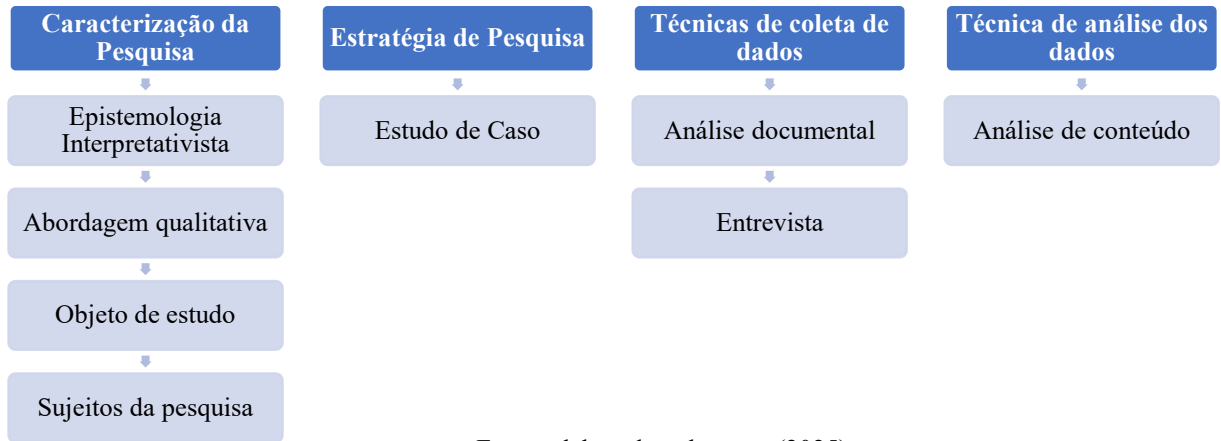
Bispo (2023) enfatiza que a economia circular, quando inserida no contexto da Teoria Institucional, revela-se como uma estratégia de adaptação e sobrevivência no mercado. Ao responderem às pressões normativas, miméticas e coercitivas, as organizações são impulsionadas a adotar práticas circulares que transformam suas operações e promovem o uso eficiente dos recursos. Esse processo de adaptação institucional é fundamental para alcançar um desenvolvimento econômico sustentável, no qual a economia circular se configura não apenas como uma tendência, mas como uma necessidade para enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI.

Feitas considerações acerca da Teoria Institucional e de como esta se relaciona à questão da Economia Circular cabe que se prossiga por uma exposição detalhada da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil.

3. METODOLOGIA

Nesta seção, estão elencados os percursos metodológicos adotados para a operacionalização do estudo, divididos em quatro tópicos: (1) caracterização da pesquisa; (2) estudo de caso como estratégia de pesquisa, (3) técnicas de coleta de dados, e (4) técnica de análise dos dados, apresentados a seguir na figura 2.

Figura 2 – Escolhas Metodológicas



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

As escolhas metodológicas acima, que são detalhadas a seguir, contribuirão para o desenvolvimento da pesquisa e o alcance dos seus objetivos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como características a epistemologia interpretativista e a abordagem qualitativa do tipo descritiva.

De acordo com Klein, Colla e Walter (2021, p. 5) “os estudos interpretativistas assumem que as pessoas são construtoras da realidade pois atribuem significados ao interagir com os objetos de pesquisa”, desta forma, assim como acontece nesta pesquisa, os pesquisadores são apresentados como intérpretes e coletores das interpretações dos dados obtidos por meio da pesquisa realizada (Yazan, 2015). Em vista disso, a escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade as percepções, experiências e práticas dos participantes envolvidos no estudo, conforme preconiza Creswell (2010).

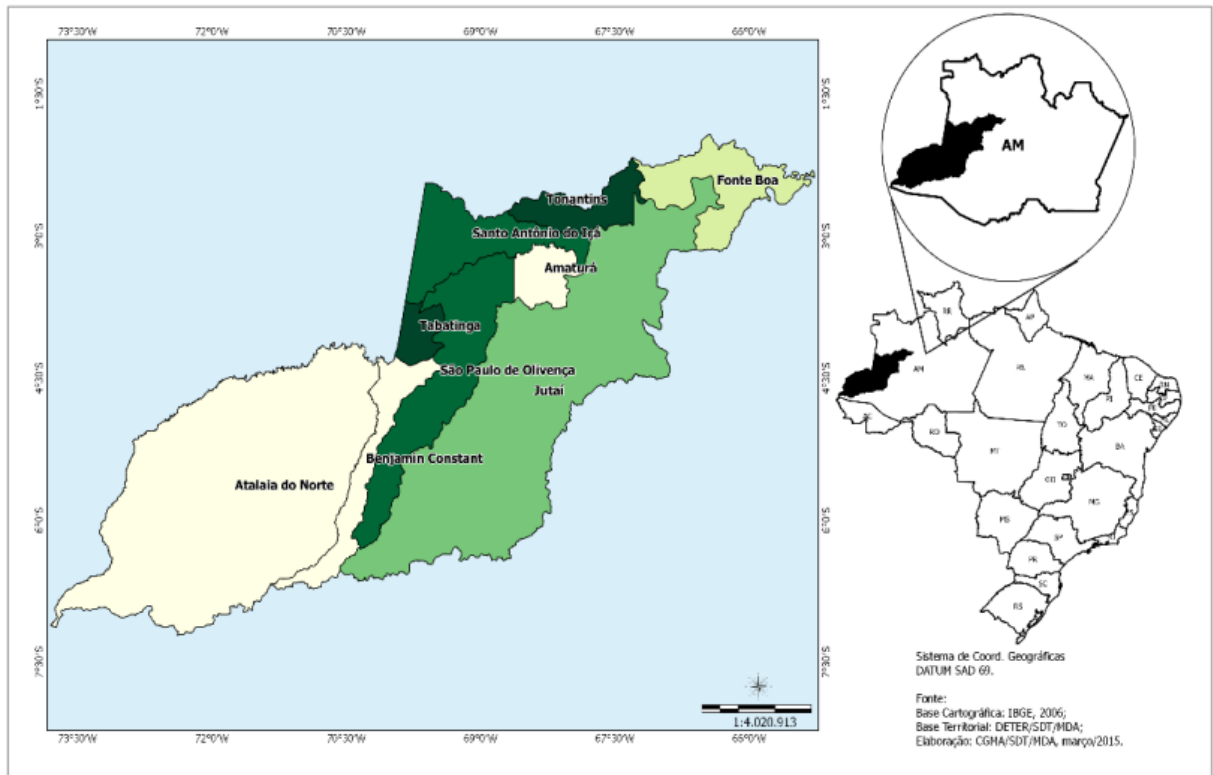
Além disso, de acordo com André e Lüdke (2013) e com Merriam (2002), a abordagem qualitativa apoia-se na construção do significado pelos próprios indivíduos, em interação com seu ambiente. Isso implica que os pesquisadores observam e interpretam as interações e comportamentos dos sujeitos estudados, em seus contextos originais, evitando manipular variáveis ou estabelecer condições artificiais. Assim, ao adotar esse tipo de abordagem, Mendonça (2017) considera que a preocupação do pesquisador deve ser o registro dos fatos como são, visando os processos de forma minuciosa.

A pesquisa é caracterizada como descritiva por se tratar de um estudo acerca de marcos regulatórios da PNRS e da EC, explorando o contexto da inclusão social de catadores em cidades da mesorregião do Alto Solimões, no Estado do Amazonas.

3.1.1 Objeto de estudo e os Sujeitos da pesquisa

A pesquisa será realizada na mesorregião do Alto Solimões (Figura 3), localizada no tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia, composta pelos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Itá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins.

Figura 3 – Mesorregião do Alto Solimões, Amazonas, Brasil



Fonte: extraído de Canalez *et al.* (2020).

O Alto Solimões é marcado por um intenso fluxo migratório e apresenta um contexto multiétnico, transnacional e transfronteiriço, o que representa desafios significativos para a formulação e gestão de políticas públicas devido à sua localização remota, densidade populacional limitada e infraestrutura deficitária. (Assis; Lima, 2025). E a ausência de mecanismos eficazes de governança são obstáculos significativos para a implementação de uma gestão sustentável no Alto Solimões, o que acarreta problemas como o descarte inadequado de

resíduos sólidos e o lançamento de esgoto sem tratamento diretamente nos rios e igarapés, contribuindo para a contaminação das fontes de água e o aumento de incidência, como diarreia e malária (Silva; Roesler; Feiden, 2025).

Na Tabela 1, a seguir, são apresentados os municípios que compõem o Alto Solimões juntamente com seus respectivos dados do último Censo do IBGE realizado em 2022.

Tabela 1 – Dados demográficos do Alto Solimões, Manaus, Brasil.

Municípios	Habitantes	Área territorial	IDHM	PIB
Amaturá	10.791	4.754,109 km ²	0,560	R\$ 9.960,76
Atalaia do Norte	19.809	76.504,215 km ²	0,450	R\$ 8.862,72
Benjamin Constant	41.013	8.692,751 km ²	0,574	R\$ 8.664,03
Fonte Boa	22.177	12.156,034 km ²	0,530	R\$ 13.576,30.
Jutaí	14.974	69.459,501 km ²	0,516	R\$ 19.787,31
Santo Antônio do Içá	25.066	12.382,380 km ²	0,490	R\$ 11.360,72
São Paulo de Olivença	34.455	19.658,536 km ²	0,521	R\$ 8.182,07
Tabatinga	67.182	3.259,543 km ²	0,616	R\$ 11.065,89
Tonantins	20.113	6.447,227 km ²	0,548	R\$ 9.738,96.
Alto Solimões	255.580	20.8560,187 km²	4,805	R\$ 67.922,74

Fonte: dados extraídos do último CENSO do IBGE (2022).

Com base nos dados da Tabela 1, a população total do Alto Solimões é de 255.580 habitantes, com Tabatinga sendo o município mais populoso, com 67.182 habitantes, e Amaturá o menos populoso, com 10.791. A área total da região é de 20.850,187 km², e Atalaia do Norte possui a maior área, enquanto Tabatinga tem a menor. Quanto ao IDHM total da região é 4,805. Entre os municípios, Tabatinga se destaca com o maior IDHM (0,616), enquanto Atalaia do Norte tem o menor (0,450). Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o total regional é de R\$ 67.922,74. Jutaí lidera com o maior PIB, R\$ 19.787,31, enquanto São Paulo de Olivença tem o menor, R\$ 8.182,07. E apesar de ser o mais populoso e ter o maior IDHM, Tabatinga ocupa a menor área territorial. Isso sugere uma alta densidade populacional e uma concentração de serviços que impulsionam seu desenvolvimento. Em contrapartida, Atalaia do Norte, com a maior área e o menor IDHM, enfrenta desafios na distribuição de infraestrutura. Por fim, o PIB de Jutaí é o mais alto, mesmo sem ter a maior população, o que indica uma forte atividade econômica local. Com base nesses dados, supõem-se que a gestão de resíduos sólidos e a transição para uma economia circular apresentam desafios e oportunidades distintos para o objeto de estudo.

A alta densidade populacional de Tabatinga, por exemplo, sugere uma maior geração de resíduos e a necessidade de infraestrutura de coleta e tratamento mais eficiente. Por outro lado, a vasta área e, baixa densidade populacional de municípios como Atalaia do Norte indicam desafios logísticos e a necessidade de efetividade de políticas públicas para a criação de iniciativas de reciclagem e reaproveitamento, impulsionando a economia circular e gerando novas oportunidades de negócios e distribuição de renda. Dessa forma, por meio desta pesquisa foi possível analisar como as políticas de EC e inclusão social podem ser adaptadas para regiões com desafios logísticos e operacionais como o Alto Solimões, fornecendo uma análise aprofundada das limitações e necessidades locais.

A população amostral do estudo compreenderá os atores institucionais envolvidos na gestão dos resíduos sólidos na região do Alto Solimões, incluindo catadores de materiais recicláveis. A amostra dos municípios e dos sujeitos entrevistados será definida por conveniência e acessibilidade, considerando a disponibilidade dos participantes e a representatividade dos diferentes sujeitos envolvidos na gestão de resíduos sólidos. Gil (2018) argumenta que a amostragem não probabilística por conveniência é adequada em estudos exploratórios, especialmente quando se busca compreender perspectivas diversificadas sobre fenômenos complexos. A seleção dos participantes seguirá critérios de inclusão específicos: atuação direta na gestão dos resíduos sólidos ou uso dos materiais recicláveis para sobrevivência na região e disponibilidade para participar das entrevistas.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO

Para responder à questão de pesquisa e seus objetivos será adotado o estudo de caso na concepção de Robert Stake (1995) que o conceitua como um objeto de compreensão de um fenômeno a partir da interpretação e intuição do pesquisador. Isso possibilita ao pesquisador descrever ações, comportamentos e interações entre os atores envolvidos proporcionando um tipo de conhecimento que gere aprendizagem (Leite, 2024).

A escolha por adotar Stake, é por ele defender que “o desenvolvimento do estudo de caso deve ocorrer de forma livre e condizente com o surgimento dos dados, sem amarras pré-definidas” (Rodrigues; Silva, 2025, p. 9). A partir disso, pesquisas baseadas em estudos de caso costumam ser empregadas para investigar programas educacionais, iniciativas de políticas públicas ou a execução de projetos específicos (Rodrigues; Silva, 2025). Por essa razão, como estratégia de pesquisa será empregado o Estudo de Caso de Stake (1995), com a finalidade de compreender como as políticas públicas brasileiras relacionadas à EC abordam a inclusão social

e de que forma estão sendo implementadas e adaptadas às especificidades das cidades na região do Alto Solimões, no Estado do Amazonas.

Além do mais, dentre as diversas técnicas metodológicas utilizadas em pesquisa qualitativa, o estudo de caso se sobressai como uma estratégia por possibilitar ao pesquisador, por meio de um trabalho interpretativo, investigar detalhadamente uma ou poucas unidades, promovendo uma relação entre o investigador e os sujeitos participantes (Rodrigues; Silva, 2025; Stake, 2005). Com relação aos tipos de estudos de caso Stake (1995) os classificam em: intrínseco, instrumental e coletivo, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de Estudos de Caso de Stake (1995)

Estudos de Caso (Stake, 1995)	
Intrínseco	Tem como objetivo entender um caso específico por si só, sem a intenção de generalizar os achados.
Instrumental	Busca melhor compreensão de um caso particular para obter uma compreensão mais ampla de um fenômeno, buscando uma aprendizagem objetiva que vai além daquele caso único.
Coletivo	O pesquisador analisa um conjunto de casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos para representar um grupo ou característica, analisando cada um individualmente para destacar suas particularidades mais relevantes.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Stake (1995) e Klein, Colla e Walter (2021).

Com base nessa classificação de Stake (1995), será adotado nessa pesquisa o estudo de caso intrínseco, pois o pesquisador despertou interesse em buscar uma compreensão detalhada e contextualizada das dinâmicas, desafios e particularidades do sistema de gestão de resíduos sólidos e de inclusão social no Alto Solimões.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As técnicas de coleta de dados são consideradas uma forma de aproximar o pesquisador do seu objeto de estudo (Vergara, 2009). Dessa forma, nesta pesquisa serão adotadas as técnicas de análise de documentos e entrevistas por permitirem uma abordagem enriquecedora para a investigação estudada (Stake, 1995).

A pesquisa documental, informa Minayo (2009), é uma técnica de coleta que se baseia na análise de documentos como fontes primárias de dados. A utilização de documentos nesta pesquisa envolverá as informações contidas em decretos, leis e demais diplomas normativos municipais, estaduais e nacionais relacionados à EC e a PNRS, conforme apresentados no quadro abaixo, para melhor compreender o tema estudado.

Na visão de Junior *et al.* (2021), a análise documental pode ser usada como uma técnica complementar para validar ou aprofundar dados coletados por meio de outros métodos, como entrevistas, questionários ou observação.

Neste sentido, as entrevistas são técnicas de pesquisa qualitativa que envolvem a interação direta entre o pesquisador e o participante para coletar dados sobre suas experiências, opiniões e perspectivas (Minayo, 2009). Gerhardt e Silveira (2009) definem a entrevista como o meio de interação social em que uma das partes procura a obtenção de dados da outra que se torna fonte de informação.

Em relação a sua estruturação, as entrevistas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. Entende-se por entrevistas estruturadas as que envolvem questões previamente elaboradas e sequencialmente encadeadas. Por outro lado, existem as entrevistas não estruturadas, que não possuem um roteiro fixo em que o pesquisador apenas determina o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o assunto sugerido. Já a entrevista semiestruturada, qual será adotada nesta pesquisa, têm como característica um roteiro preestabelecido com a possibilidade de outras questões emergindo a partir do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado para melhor compreender o fenômeno investigado (Oliveira; Guimarães; Ferreira, 2023; Guazi, 2021).

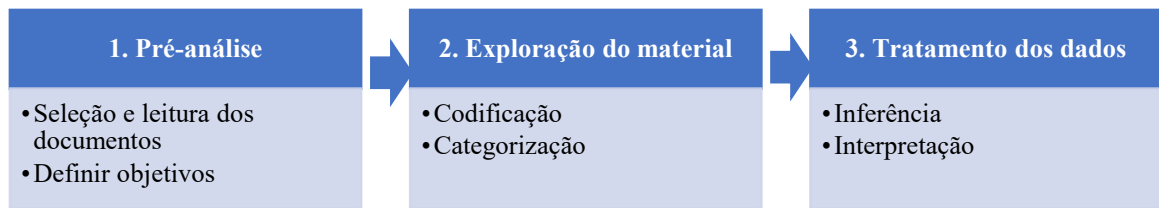
As entrevistas serão realizadas de forma presencial, tanto com os catadores quanto com os servidores públicos.

Com relação à dimensão ética, todos os participantes serão previamente informados sobre os objetivos do estudo e assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), no qual se explicita a voluntariedade da participação, a possibilidade de desistência em qualquer momento e a garantia de confidencialidade das informações fornecidas.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), que será empregada nesta pesquisa, é uma técnica de pesquisa qualitativa que visa interpretar dados textuais de maneira sistemática e objetiva. Essa metodologia busca identificar padrões, temas e categorias presentes no material estudado, facilitando a compreensão profunda dos conteúdos a partir de uma organização estruturada. Bardin (2016) propõe que a análise de conteúdo siga três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, como apresentada na Figura 4.

Figura 4 – Etapas da Análise de Conteúdo



Fonte: adaptado de Bardin (2016).

Na primeira etapa, a de pré-análise, que consiste na organização e seleção dos documentos, definição dos objetivos e estabelecimento de critérios para categorização, será realizada através do levantamento bibliográfico da literatura e da análise documental para o desenvolvimento desta pesquisa.

A leitura inicial, ou leitura flutuante como definida por Bardin (2016), será empregada para proporcionar um primeiro contato com o material, de modo a captar impressões gerais, regularidades e ideias emergentes. Essa etapa permitirá a delimitação das temáticas que orientará o trabalho na etapa três.

Na etapa seguinte, será realizada a exploração do material que envolverá a codificação dos dados coletados das entrevistas e a classificação em categorias, agrupando em unidades de análise similares. Para garantir o sigilo dos nomes dos entrevistados, adotará uma codificação alfanumérica com sequência dada à medida que forem acontecendo as entrevistas.

Posteriormente, as unidades de registro serão agrupadas em categorias temáticas, de modo a evidenciar regularidades, divergências e padrões de sentido. Esse processo de categorização seguirá critérios tanto indutivos, emergindo das próprias falas dos entrevistados, quanto dedutivos, ancorados na literatura de referência sobre políticas públicas, economia circular e inclusão social. Assim, o cruzamento entre a teoria e os dados empíricos permitirá estabelecer categorias aptas a responder aos objetivos específicos da pesquisa e, conseqüentemente, ao objetivo geral.

A última etapa da análise de conteúdo de Bardin (2016) permitirá ao pesquisador garantir o rigor e a objetividade na análise dos dados, organizando e interpretando informações complexas sobre os principais temas relativos à EC e à inclusão social dos catadores no Alto Solimões.

3.5 CRONOGRAMA DA PESQUISA

Atividade	09/202 5	10/202 5	11/202 5	12/202 5	01/202 6	02/202 6	03/202 6	04/202 6	05/202 6	06/202 6
Levantamento da literatura	X									
Fichamento de textos para revisão de literatura	X	X	X	X						
Elaboração do Pré-projeto	X									
Qualificação do projeto					X					
Reformulação do projeto					X					
Realização da pesquisa de campo						X				
Análise dos dados							X	X		
Redação do relatório final									X	X
Submissão à banca de defesa										X
Defesa pública de Tese										X

Fonte: Elaboração própria (2025).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. P.; SOUZA, L. G. A.; TOBIAS, V. G.; MASCARENHAS, L.; MASCARENHAS, M. do S. O Papel Estratégico dos Catadores de Recicláveis da Economia Circular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 33252–33267, 2025. DOI: 10.56238/arev7n6-242. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6020>. Acesso em: 27 ago. 2025.

ASSIS, S. N. de S.; LIMA, R. A. Contexto socioambiental e percepção da doença de chagas no município de Benjamin Constant - AM. **Revista EDUCamazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá**, ano 18, v. 18, n. 1, p. 377-406, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/16835>. Acesso em: 25 ago. 2025.

AZEVEDO, A. M. SOBRAL, M. S. Políticas Públicas Inclusivas no Brasil e o contexto interacional: diálogos sobre inclusão e deficiência. **Revista Moara**, n. 45, 2016.

BALDIM, M. L. L. S. **Economia Circular como Fator de Desenvolvimento e Sustentabilidade na Microrregião de Varginha**. Dissertação de Mestrado. Varginha: Centro Universitário do Sul de Minas, 2021.

BARBOSA, V. G. *et al.* Economia Circular como Instrumento Socioeconômico Ambiental. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 06, p. 01-21, 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIONDI, Domingos da Silva; IMPERIALE, Tereza Elisabete. Economia circular e sustentabilidade - uma visão atualizada. **Revista Estudos e Negócios Academics**, v. 4, n. 8, p. 28-33, 2024. Disponível em: <https://portalderevistas.esags.edu.br/index.php/revista/article/view/162>. Acesso em 23 ago. 2025.

BISPO, Juliana. Economia Circular: um estudo da implementação das práticas circulares sob a luz da Teoria Institucional no Garden Plaza Hotel Ltda. 2023. 137 f. Dissertação(Mestrado em Administração – Mestrado Profissional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

BRUNDTLAND, G. H. Our Common Future. **Oxford University Press**, 1987.

BUCCI, M. P. D. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANALEZ, Geise de Góes; DUTRA, Jurandir Moura; REIS, Rodrigo Oliveira Braga. Monitoramento de casos de infecção por Coronavírus (SARS-CoV-2) nos municípios do Amazonas: municípios da microrregião Alto Solimões. **Cadernos de Estudos Socioambientais**, v. 2, n. 1, 2020.

DOMENECH, T., BAHN-WALKOWIAK, B. Transition Towards a Resource Efficient Circular Economy in Europe: Policy Lessons From the EU and the Member States. **Ecological Economics**, 155, 7-19, 2019.

FREITAS, F. C. H. P. *et al.* Economia Circular e Reinvidicações de nexos social. **Cadernos EBAPE**, v. 22, n. 5, 2024.

FREITAS, Florence Cavalcanti Heber Pedreira de; ARAÚJO, Edgilson Tavares de; OLIVEIRA, Rodrigo Teles Dantas de; AMORIM, Rodrigo Mascarenhas. Regulação da economia circular e as contribuições da economia social e solidária para a inclusão de catadores de resíduos no Brasil. **Serviço Social em Revista**, 2024. DOI: 10.5433/1679-4842.2024v27n1p244.

FRIANT, M. C., LAKERVELD, D., VERMEULEN, W. J. V., & SALOMONE. Transition to a sustainable circular plastics economy in the Netherlands: discourse and policy analysis. **Sustainability**, 2021.

GALDINO, L. *et al.* Inclusão social e políticas públicas na relação dos catadores de recicláveis e reutilizáveis e administração pública. **Revista Vianna Sapiens**, v. 15, n. 5, 2024. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2018

GHISELLINI, P; CIALANI, C.; ULGIATI, S. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 114, p. 11-32, 2016.

GOVINDAN, K., HASANAGIC, M. A systematic review on drivers, barriers, and practices towards circular economy: A supply chain perspective. **International Journal of Production Research**, 56, 278-311, 2018.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 2, 2021. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/repi/article/view/e202114>. Acesso em: 25 ago. 2025.

IWASAKA, F. Y. **Políticas públicas e economia circular: levantamento internacional e avaliação da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Processos e Gestão de Operações) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, 2021.

KIRCHHERR, J. *et al.* Conceptualizing the Circular Economy (Revisited): An Analysis of 221 Definitions. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 195, 2023.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998.

VERGARA, S. C. **Métodos de Coleta de Dados no Campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIER, Margarete Blume et al. Reflexões sobre a economia circular. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 4, out/dez, p. 27-47, 2021.

VIEIRA, B. de O. GUARNIERI, P. Rumo à Economia Circular: análise do atual estágio do processo de transição. SemeAd. XXVI Seminário de Administração. Novembro de 2023. Disponível em: <https://login.semead.com.br/26semead/anais/arquivos/1149.pdf>? Acesso em 30 de out. 2024.

YAZAN, B. Three approaches to case study methods in education: Yin, Merriam, and Stake. **The Qualitative Report**, 2015.

WENDHAUSEN, E. J.; WENDHAUSEN, H.; BRASIL, M. C.; MAFRA, R. Z.; SANTOS, A. B. Resíduos Sólidos e Empreendimentos Solidários: a percepção dos gestores públicos do Amazonas. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 92680–92698, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/20602>. Acesso em: 27 ago. 2025.

WIDMER, T.; PRIOR, D. Isomorfismo Institucional, Lógicas Institucionais e Campos Organizacionais: Uma Perspectiva Institucionalista sobre a Economia Circular, 2019. Research Gate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333079826> Acesso em 30 de out. 2024